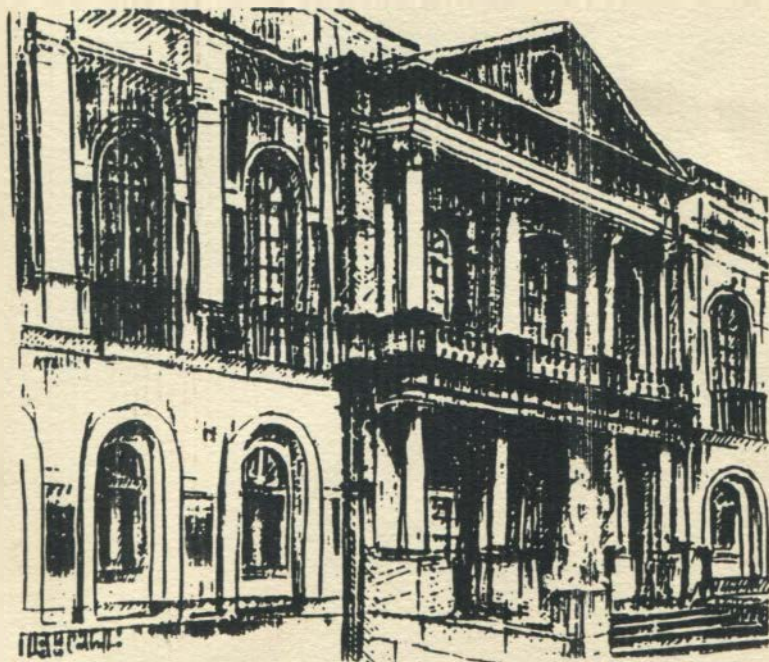


B o l e t i m d e
Conjuntura

volume 12

n° 4

Dezembro de 1992



*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial*

ENTRE O INSATISFATÓRIO E O DESASTROSO

O Governo Tamar Franco recebeu uma economia com os preços totalmente liberados e uma taxa de inflação estabilizada na faixa de 20-25% ao longo de 14 meses, interrompendo-se assim a tendência à alternância entre períodos de congelamento de preços e períodos de aceleração inflacionária que vinha sendo observada desde 1985. Esse quadro fora obtido a partir de uma política econômica cujo principal mérito era ter conquistado credibilidade quanto a sua própria estabilidade. Estava claro, no entanto, que essa política esgotara sua possibilidade de induzir um declínio adicional da taxa de inflação. A esperança de superação desse impasse e da realização de algum avanço no processo de combate à inflação fora colocada na possibilidade de que um próximo ajuste fiscal viesse a induzir mudanças de expectativas dos agentes econômicos e assim, ao afetar o processo de indexação informal vigente na economia, propiciasse queda da taxa de inflação.

Os novos gestores da política econômica incorporaram a política do Ministro Marcílio, dando ênfase à manutenção das regras estáveis que haviam marcado a gestão anterior e, em particular, reafirmando que não se recorreria a congelamento ou a prefixação de preços. Da mesma forma, empenharam-se no sentido de levar a cabo um ajuste fiscal, novamente na esperança de que a melhoria das expectativas e diminuição das pressões fiscais sobre o mercado financeiro provocassem queda da inflação, redução da taxa real de juros e alívio da recessão. O sucesso dessa política de gradualismo ortodoxo está condicionado antes de mais nada à aprovação pelo Congresso do ajuste fiscal na amplitude requerida. Além disso, há que questionar também a própria eficácia dessa estratégia em um contexto de indexação generalizada e falta de controle monetário, por razões que transcendem o desequilíbrio fiscal.

Diante da dificuldade de alcançar resultados a curto prazo e tendo em vista as características pessoais e as inclinações políticas do Presidente da República, a política Haddad/Krause pode ser descaracterizada pela imposição de medidas tais como a redução

significativa da taxa de juros, a ampliação da indexação salarial e aumentos nominais expressivos do salário mínimo - o que, sob o argumento de reduzir o custo social da recessão, atingiria os próprios instrumentos que vêm garantindo a estabilidade da inflação. Este cenário de gradualismo ortodoxo com contaminação de medidas de natureza populista caracteriza um quadro altamente instável, uma vez que implica aumentos expressivos de custos e expansão brusca da demanda no contexto de uma economia extremamente indexada e com plena liberdade de preços. Aliás, não é por acaso que alguma forma de controle de preços é um elemento natural de uma política econômica de cunho populista. Possivelmente, neste cenário híbrido, o passo inicial seria atuar sobre aqueles preços que já estão sob controle governamental e, assim, defasar os reajustes das tarifas públicas e do câmbio, com implicações adversas sobre as finanças públicas, o balanço de pagamentos e as expectativas dos agentes econômicos.

Seja como desdobramento desse cenário de contaminação populista do gradualismo ortodoxo, seja como uma opção deliberada envolvendo o abandono das atuais diretrizes de política, cabe considerar a possibilidade de uma estratégia alternativa de estabilização centrada em uma política de rendas de cunho populista. Esta política se caracterizaria por um novo congelamento ou, mais provavelmente, por uma prefixação de preços e salários, com reposição imediata das perdas salariais decorrentes das diferenças entre a inflação prevista e a observada, além de redução da taxa de juros. O descrédito da sociedade em relação a intervenções governamentais abrangentes no sistema de preços, combinado com o menor rigor da política monetária e a permanência de um quadro de fragilidade fiscal, retira dessa alternativa qualquer possibilidade de êxito no combate à inflação e na retomada sustentada do crescimento.

Outra alternativa possível seria um gradualismo ortodoxo com política de rendas. Tal política manteria a orientação geral da gestão Haddad/Krause no tocante à austeridade fiscal e monetária, respondendo às pressões por mudança na política anti-inflacionária com a introdução de uma política de rendas com prefixação de preços e salários. Este cenário enfrenta também o descrédito em relação a intervenções governamentais no sistema de preços, já mencionado acima. Seu sucesso depende, portanto, de sua capacidade de tornar claro para a

significativa da taxa de juros, a ampliação da indexação salarial e aumentos nominais expressivos do salário mínimo - o que, sob o argumento de reduzir o custo social da recessão, atingiria os próprios instrumentos que vêm garantindo a estabilidade da inflação. Este cenário de gradualismo ortodoxo com contaminação de medidas de natureza populista caracteriza um quadro altamente instável, uma vez que implica aumentos expressivos de custos e expansão brusca da demanda no contexto de uma economia extremamente indexada e com plena liberdade de preços. Aliás, não é por acaso que alguma forma de controle de preços é um elemento natural de uma política econômica de cunho populista. Possivelmente, neste cenário híbrido, o passo inicial seria atuar sobre aqueles preços que já estão sob controle governamental e, assim, defasar os reajustes das tarifas públicas e do câmbio, com implicações adversas sobre as finanças públicas, o balanço de pagamentos e as expectativas dos agentes econômicos.

Seja como desdobramento desse cenário de contaminação populista do gradualismo ortodoxo, seja como uma opção deliberada envolvendo o abandono das atuais diretrizes de política, cabe considerar a possibilidade de uma estratégia alternativa de estabilização centrada em uma política de rendas de cunho populista. Esta política se caracterizaria por um novo congelamento ou, mais provavelmente, por uma prefixação de preços e salários, com reposição imediata das perdas salariais decorrentes das diferenças entre a inflação prevista e a observada, além de redução da taxa de juros. O descrédito da sociedade em relação a intervenções governamentais abrangentes no sistema de preços, combinado com o menor rigor da política monetária e a permanência de um quadro de fragilidade fiscal, retira dessa alternativa qualquer possibilidade de êxito no combate à inflação e na retomada sustentada do crescimento.

Outra alternativa possível seria um gradualismo ortodoxo com política de rendas. Tal política manteria a orientação geral da gestão Haddad/Krause no tocante à austeridade fiscal e monetária, respondendo às pressões por mudança na política anti-inflacionária com a introdução de uma política de rendas com prefixação de preços e salários. Este cenário enfrenta também o descrédito em relação a intervenções governamentais no sistema de preços, já mencionado acima. Seu sucesso depende, portanto, de sua capacidade de tornar claro para a

B o l e t i m d e
Conjuntura

*Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Palácio Universidade do Brasil
Av. Pasteur, 250 sala 9
Praia Vermelha Rio de Janeiro RJ
22290-240
542 0495 e 541 8148(fax)*